



# A Diversidade da Agricultura Familiar

Segunda Edição

Sergio Schneider

Organizador

  
**UFRGS**  
EDITORA

# A Diversidade da Agricultura Familiar



**UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO RIO  
GRANDE DO SUL**

---

Reitor

**Carlos Alexandre Netto**

Vice-Reitor e Pró-Reitor  
de Coordenação Acadêmica

**Rui Vicente Oppermann**

---

**EDITORA DA UFRGS**

Diretora

**Sara Viola Rodrigues**

Conselho Editorial

**Ana Lúgia Lia de Paula Ramos**

**Cassilda Golin Costa**

**Cornelia Eckert**

**Flávio A. de O. Camargo**

**Iara Conceição Bitencourt Neves**

**José Roberto Iglesias**

**Lúcia Sá Rebello**

**Mônica Zielinsky**

**Nalú Farenzena**

**Sílvia Regina Ferraz Petersen**

**Tania Mara Galli Fonseca**

**Sara Viola Rodrigues, presidente**

# A Diversidade da Agricultura Familiar

Sergio Schneider

---

Organizador

Segunda Edição

© dos autores  
1ª edição: 2006

Direitos reservados desta edição:  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Revisão: Maria da Glória Almeida dos Santos

Capa: Vera Gliese

Editoração eletrônica: Alexandre Müller Ribeiro  
Tales Gubes Vaz

---

D618 A diversidade da agricultura familiar / organizado por Sérgio Schneider. – 2. ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

295 p. : il. ; 16x23cm

(Série Estudos Rurais).

Inclui referências.

Inclui figuras, gráficos, mapas, quadros e tabelas.

1. Economia. 2. Sociologia rural. 3. Agricultura familiar – Brasil – Rio Grande do Sul. 4. Desenvolvimento rural – Redes. 5. Agricultura – Territórios rurais – Globalização – Integração externa. 6. Redes sociais – Sociotécnicas – Políticas públicas – Diversidade – Mudança rural. 7. Agricultura familiar – Pluriatividade – Hereditariedade – Características. 8. Agricultura – Mercantilização – Desenvolvimento territorial. I. Schneider, Sergio. II. Série.

CDU 631.115.11(816.5):316.334.55

---

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.  
(Jaqueline Trombin– Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-85-386-0037-4

# A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul

Sergio Schneider  
Marcelo Antonio Conterato  
Leonardo Renner Koppe  
Carolina Castilho e Silva

## INTRODUÇÃO

Lentamente, a pluriatividade passa a ser reconhecida entre os especialistas e formuladores de políticas como parte integrante de uma estratégia de desenvolvimento rural que visa fortalecer as formas de reprodução social e econômica dos agricultores familiares. A pluriatividade não pode ser entendida como um recurso transitório ou mesmo um mecanismo de precarização das famílias. Parece evidente, contudo, que a pluriatividade não é capaz de promover o desenvolvimento rural sem estar conectada a outras condições como o acesso à terra, aos mercados, capacidade de inovação, disponibilidade de crédito etc.

Neste trabalho pretende-se refletir sobre a relação entre a pluriatividade e as condições de vida das famílias rurais do Rio Grande do Sul. Os resultados apresentados decorrem de uma pesquisa realizada no GEPAD sobre as dinâmicas regionais da agricultura familiar no Estado do Rio Grande do Sul em que o tema da pluriatividade é uma das questões abordadas.<sup>1</sup> O objetivo consiste em analisar se as famí-

---

1 Os resultados resultam de produção coletiva elaborada no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural – GEPAD. Dentre os trabalhos, pode-se citar Koppe (2004), Conterato (2005); Conterato e Schneider (2005). Os trabalhos se iniciaram no âmbito da pesquisa “Agricultura Familiar, Desenvolvimento Local e Pluriatividade no Rio Grande do Sul: a emergência de uma nova ruralidade”, de 2003, e tiveram seguimento no projeto “Desenvolvimento Territorial Rural e Segurança Alimentar”, ambas financiadas pelo CNPq e realizadas em parceria pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, da UFRGS, com o Programa de Pós-Graduação em Agronomia, da UFPel.

lias pluriativas apresentam diferenças significativas em relação as famílias monoativas no que se refere à variáveis socioeconômicas como número de membros da família, tamanho de área de terra disponível e escolaridade e quais os seus possíveis efeitos sobre a renda e a qualidade de vida.

A partir dessa indagação surgiu a hipótese de que as famílias de agricultores se diferenciam em relação à sua condição de atividade e a dimensões como o tamanho da propriedade, o número de membros na família, o nível de escolaridade e a renda, mas que as famílias que recorrem à pluriatividade apresentam melhores indicadores de qualidade de vida *vis-à-vis* àquelas ocupadas exclusivamente na agricultura.

### **BREVES CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE A PLURIATIVIDADE**

A noção de pluriatividade tem sido usada como recurso pelos pesquisadores para analisar e explicar o processo de diversificação do trabalho que ocorre no âmbito das unidades familiares de produção. Fuller (1990), um dos estudiosos pioneiros sobre o tema, afirma que a noção de pluriatividade permite analisar com maior precisão a forma como o trabalho é alocado pelas famílias em diferentes tipos de atividades, de onde emergem padrões individuais e coletivos de distribuição do trabalho rural. Em outros casos, a pluriatividade serve, ainda, para mostrar a transição da própria função da agricultura que, além de produzir alimentos e gerar emprego, favorecendo o processo de acumulação de capital, se apresenta hoje como um setor multifuncional, que não deve ser analisado apenas pela sua eficiência produtiva, mas também pela sua contribuição à preservação ambiental e à própria dinamização do espaço rural. Formas de agricultura que até há pouco tempo eram condenadas – como é o caso da agricultura a tempo parcial – atualmente são aceitas como condição imperativa do desenvolvimento rural. É neste cenário que se sobressaem as famílias pluriativas, enquanto agentes capazes de frear a saída brusca da população das áreas rurais, dando um novo sentido ao processo de produção rural (Mattei, 2005).

Para Schneider, a pluriatividade refere-se a um fenômeno que se caracteriza pela combinação das múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem a uma mesma família. A emergência da pluriatividade ocorre em situações em que os membros que compõem as famílias domiciliadas nos espaços rurais combinam a atividade agrícola com outras formas de ocupação em atividades não-agrícolas. A pluriatividade resulta da interação entre as decisões individuais e familiares com o contexto social e econômico em que estas estão inseridas. Objetivamente, a pluriatividade refere-se a um fenômeno que pressupõe a combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura (2004, p. 79).

Esta interação entre atividades agrícolas e não-agrícolas tende a ser mais intensa quanto mais complexas e diversificadas forem as relações entre os agricultores e o ambiente social e econômico em que estiverem situadas. Isto faz com que a pluriatividade seja um fenômeno heterogêneo e diversificado que está ligado, de um lado, às estratégias sociais e produtivas que vierem a ser adotadas pela família e por seus membros e, de outro, dependerá das características do contexto em que estiverem inseridas. Em relação às estratégias sociais e produtivas vinculadas aos aspectos intrafamiliares, vale lembrar que Chayanov (1974) já havia afirmado que o recurso às atividades não-agrícolas constitui-se em uma estratégia de alocação da força de trabalho familiar frente aos condicionantes da unidade produtiva agrícola. Para Chayanov, a família constitui-se na unidade-chave para explicar o processo de tomada de decisões dos indivíduos no que se refere à produção, à alocação da força de trabalho, à utilização dos equipamentos e ao investimento. Assim, para se compreender o funcionamento das unidades econômicas baseadas no trabalho familiar, torna-se necessário investigar o modo pelo qual as famílias solucionam seus problemas com vistas à manutenção da situação de equilíbrio entre consumo e trabalho, vital para garantir a reprodução social do grupo familiar.

Portanto, a pluriatividade manifesta-se naquelas situações em que a integração dos membros das famílias de agricultores aos mercados passa a ocorrer, também, pela via do mercado de trabalho. Este processo pode acontecer tanto naquelas situações em que os agricultores



já estiverem inseridos em mercados de produtos (no geral ligados à agropecuária), bens e serviços ou em outros nos quais a integração produtiva é muito incipiente e a venda da força de trabalho passa a ser a principal mercadoria de troca dos agricultores com o mercado. Isto significa, primeiro, que este processo promove e aprofunda a inserção do agricultor familiar nos circuitos mercantis e, segundo, que esta inserção ocorre segundo as características previamente existentes nos territórios, podendo ocorrer concomitantemente em mercados de produtos (nas situações em que vigora o sistema de integração agroindustrial, por exemplo) e de trabalho ou apenas por meio da venda da força de trabalho.

Nos contextos em que a agricultura familiar é a forma social hegemônica, o aparecimento da pluriatividade tende a estar acompanhado de um processo de mercantilização (Ploeg, 1990; 1992), que se associa aos processos de externalização da agricultura na medida em há uma crescente interação com os mercados para além daqueles associados aos produtos e serviços agropecuários. Desse modo, o reconhecimento da pluriatividade como estratégia de reprodução na agricultura familiar passa, necessariamente, pela consideração de que a mercantilização na agricultura ocorre por meio da externalização dos processos produtivos e de inserção em mercados de trabalho não-agrícolas.

Neste sentido, a pluriatividade deve ser entendida a partir dos processos de reestruturação capitalista e mudança social nos espaços rurais (Blanc, 1987; Fuller, 1990; Reis e colaboradores 1990; Marsden, 1995). Reis e colaboradores (1990) afirmam que a pluriatividade é essencialmente um fenômeno intersetorial que, para ser entendido, requer uma compreensão analítica das mudanças econômicas e socioculturais. Para Marsden (1995), a existência de um processo de revitalização das formas de produção no meio rural é um indicativo da emergência do fenômeno da pluriatividade. Deste modo, para se compreender a dinâmica dos espaços rurais faz-se necessário ir além dos métodos tradicionais, aqueles associados ao sistema agroalimentar, procurando-se entender como o atual estágio de desenvolvimento acaba redefinindo física, cultural e socialmente tais espaços.

Segundo Etxezarreta e colaboradores (1995), atualmente a agricultura familiar representa uma forma estável de organização social no meio rural e a pluriatividade apresenta-se como uma das suas estratégias permanentes, proporcionando versatilidade e flexibilidade tornando possível a manutenção da própria agricultura familiar.

## **A PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR DO RIO GRANDE DO SUL**

Em outros trabalhos (Schneider, 2004; 2005) já se insistiu no fato de que o crescimento do número de pessoas e famílias ocupadas em atividades não-agrícolas no meio rural não deve ser imediatamente associado ao fenômeno da pluriatividade. O crescimento das atividades não-agrícolas pode estar relacionado às alterações nos mercados de trabalho rurais, expressando os novos modos de ocupação da força de trabalho. Já a pluriatividade, refere-se a um fenômeno que se caracteriza pela combinação das múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem a uma mesma família. Portanto, ainda que a pluriatividade seja tributária da combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas, não se deve confundir as atividades não-agrícolas com a pluriatividade, pois esta decorre das decisões e das estratégias dos indivíduos e das famílias rurais que podem, ou não, optar pela combinação de mais de um tipo de trabalho.

Este tipo de entendimento ajuda a dirimir a confusão entre o que seja a dinâmica do mercado de trabalho e o processo de transformação que ocorre na composição das famílias rurais, que passam a ter entre seus membros indivíduos que exercem mais de uma atividade produtiva sendo uma delas a agricultura. Nestes termos, a pluriatividade é um fenômeno observável no âmbito das famílias rurais, porque pluriativas elas passam a ser à medida que ocorre a combinação de inserções profissionais por parte de algum dos indivíduos que a compõe. Já as atividades não-agrícolas são tipos de ocupações em ramos e setores de atividades econômicas e produtivas classificadas como não-agrícolas. Não se pode esquecer que os indivíduos que formam uma determinada família podem optar entre combinar duas ocupações (assumindo a condição de pluriativos) ou escolher pela troca

de ocupação, deixando o trabalho agrícola e passando a ocuparem-se exclusivamente com atividades não-agrícolas, mesmo sem deixar de residir no meio rural.

Com base nesta ressalva, é possível uma breve análise das transformações recentes do mercado de trabalho rural gaúcho com o propósito de verificar qual a importância das atividades não-agrícolas na geração de emprego e ocupação e, sobretudo, analisar em que medida estaria ocorrendo a sua combinação com as atividades agrícolas, o que resultaria na formação de unidades caracterizadas como pluriativas. Esta caracterização pode ser obtida com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), do IBGE.<sup>2</sup>

A partir da análise dos dados da PNAD, verifica-se que as características demográficas e ocupacionais da população rural gaúcha vem-se alterando significativamente nos anos recentes. No que se refere especificamente à PEA rural, constata-se que houve uma redução no número de ativos entre 1992 e 1999, reduzindo-se de 1.261.140 para 1.142.753, e um ligeiro aumento para 1.178.345 em 2004 (Tabela 1). Analisando-se o tipo de atividade em que se ocupava a PEA rural, verifica-se que os ocupados em atividades agrícolas reduziram-se 964 mil em 1992 para 789 mil em 1999, mas em 2004 somavam 873 mil pessoas, indicando uma pequena recuperação. A mudança mais significativa observa-se entre os ativos ocupados em atividades não-agrícolas, que aumentaram de 297 mil em 1992 para 352 mil em 1999 e em 2004 voltaram a 304 mil, registrando uma taxa anual consistente de crescimento de 2,7% entre 1992 e 1999 e de 4,9% entre os anos 2001 e 2004. Entre os ramos de atividades não-agrícolas que mais geraram ocupações destaca-se, na década de 1990 o ramo da indústria da transformação e da construção civil e a prestação de serviços. Na década atual, entre 2000 e 2004, os ramos que mais geraram ocupações no meio rural foram os serviços e transporte.

---

<sup>2</sup> A PNAD é uma pesquisa amostral realizada anualmente pelo IBGE e estruturada por processos estatísticos. A PNAD tem base em projeções de crescimento da população. Uma das limitações da PNAD é que ela não pode ser desagregada por microrregiões ou municípios, porque a amostragem separa apenas as regiões metropolitanas das não metropolitanas. Para uma discussão mais detalhada sobre as possibilidades e os limites da PNAD consultar Graziano da Silva e Del Grossi (2002).

**Tabela 1. Rio Grande do Sul. Evolução da população total, urbana e rural e da PEA rural ocupada segundo tipo de atividade 1992-2004 (1.000 pessoas).**

	1992	1995	1999	2001	2002	2003	2004	Taxas de cresc. % aa			
								1992/99		2001/04	
Total da População do RS	9.246,79	9.572,21	9.996,46	10.399,61	10.515,11	10.631,14	10.700,99	1,1	***	-	
Total da População Urbana	7.136,38	7.565,94	7.961,56	8.429,52	8.436,34	8.563,32	8.648,02	1,6	***	0,9	***
Total da População Rural	2.110,40	2.006,28	2.034,90	1.970,09	2.078,77	2.067,81	2.052,96	-0,4	*	1,2	
<b>Total da PEA Rural Ocupada</b>	<b>1.261,14</b>	<b>1.168,03</b>	<b>1.142,75</b>	<b>1.078,76</b>	<b>1.149,64</b>	<b>1.181,40</b>	<b>1.178,34</b>	<b>-1,2</b>	<b>***</b>	<b>3,0</b>	<b>*</b>
Agrícola	964,02	882,19	789,38	813,81	859,21	874,52	873,40	-2,6	***	2,3	*
Nr o-agric.	297,13	285,85	352,37	264,94	290,43	306,89	304,94	2,7	***	4,9	**

Fonte: Tabelas Especiais da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios – PNAD/IBGE. Projeto RURBANO, IE/UNICAMP.

Nota: \*\*\*, \*\*, \* indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Neste sentido, as mudanças relacionadas à PEA rural indicam que o espaço rural gaúcho revela uma nova função para além da tradicional atribuição de local de produção primária. Em 2004, uma parcela não-desprezível da população rural, algo como 15% (304.940 pessoas) do total, habitava no meio rural, mas estava ocupada em atividades não-ligadas ao setor agropecuário o que, por si só, leva a pensar sobre as formas de trabalho e ocupação deste contingente. E o que é mais relevante: há uma nítida tendência de crescimento das pessoas domiciliadas no meio rural entre os ocupados em atividades não- agrícolas, que em 1992 eram 297 mil e em 2004 chegaram a 304 mil habitantes.

Uma compreensão mais pormenorizada das características demográficas e ocupacionais da população rural do Rio Grande do Sul somente pode ser obtida mediante análise dos dados segundo a posição na ocupação das famílias e o tipo de atividade que exercem. Os dados apresentados na Tabela 2, referem-se às famílias domiciliadas nas áreas rurais não metropolitanas em que se localizam exclusivamente os estabelecimentos agropecuários. A partir deles, é possível saber a quantidade das famílias gaúchas que têm domicílio nas áreas rurais que não sofrem os efeitos dos povoados e localida-

des urbanas, que posição ocupam no mercado de trabalho e qual o tipo de atividade que exercem.

A primeira verificação é que o número de famílias com domicílio nas áreas exclusivamente rurais da região não-metropolitana aumentou de 511 mil em 1992 para 545 mil em 2004. Em 2004, as áreas rurais gaúchas exclusivamente agropecuárias abrigavam 545 mil famílias, das quais 347 mil (64%) eram ocupadas na condição de conta própria (que é a forma como o IBGE designa os domicílios em que o chefe está ocupado com trabalho autônomo), que são os agricultores familiares, seguidos de 123 mil famílias de empregados assalariados (22,6%) e 26 mil empregadores (4,7%). As demais, 49 mil (8,9%), eram famílias de não-ocupados, abrigando tanto aposentados como desempregados.

**Tabela 2. Rio Grande do Sul. Evolução das famílias segundo a situação do domicílio (rural não-metropolitano agropecuário) e a posição na ocupação – 1992/99-2001/04 (1.000 fam.)**

Área Rural Nr o Metro Agropecuária	1992	1995	1999	2001	2002	2003	2004	1992/99 %a.a.	2001/04 %a.a.
	511,1	515,4	529,4	518,0	544,0	553,0	545,0	0,4***	1,7*
Empregadores	30,3	27,6	24,3	26,0	20,0	19,0	26,0	-3,3	-0,5
Agrícola	12,9	7,4	9,0	10,0	7,0	8,0	13,0	-3,3	9,2
Pluriativo	14,0	14,3	7,9	11,0	7,0	6,0	9,0	-9,7*	-7,6
Nr o-agrícola	3,4	5,75	7,3	5,0	6,0	4,0	4,0	9,6**	-10,7*
Conta Própria	314,4	318,6	285,9	320,0	342,0	357,0	347,0	-1,2*	2,9
Agrícola	202,9	212,8	190,2	235,0	240,0	248,0	238,0	-1,3	0,7
Pluriativo	94,7	76,5	58,3	63,0	78,0	75,0	86,0	-4,6***	9,2*
Nr o-agrícola	16,81	29,3	37,3	22,0	24,0	34,0	23,0	10,4***	5,7
Empregados	131,7	125,9	168,7	115,0	128,0	123,0	123,0	3,3***	1,6
Agrícola	65,5	57,5	70,7	56,0	63,0	58,0	60,0	0,7	1,4
Pluriativo	19,1	14,4	22,6	18,0	17,0	18,0	15,0	-0,2	-5,0
Nr o-agrícola	47,1	54,1	75,3	41,0	48,0	47,0	48,0	7,0***	4,5
Nr o Ocupados	34,7	43,1	50,4	57,0	54,0	54,0	49,0	5,1***	-4,4**

Fonte: Tabulaões Especiais do Projeto RURBANO, IE/UNICAMP para o período 1992-1999 e Souza e Nascimento (2006) para o período 2002-2004.

Nota: \*\*\*, \*\*, \* indicam, respectivamente, 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo.

Deste total de 545 mil famílias, 57% (311 mil) estavam ocupadas exclusivamente em atividades agrícolas, 13,7% em atividades exclusivamente não-agrícolas (75 mil) e 20,1% (110 mil famílias) eram pluriativas, indicando que nestas famílias pelo menos um membro estava

ocupado em atividades agrícolas e não-agrícolas.<sup>3</sup> Outro aspecto relevante refere-se às tendências de crescimento no período 1992-2004. Os dados da PNAD mostram que a categoria mais expressiva, que é a de ocupados por conta própria (agricultores familiares), aumentou de 314 mil em 1992 para 347 mil em 2004. Já os empregados assalariados aumentaram na década de 1990, mas reduziram-se na comparação entre 1992 e 2004, de 131 mil para 123 mil.

Tendo em vista que os ocupados por conta própria constituem 64% das famílias rurais gaúchas e que estes são, na sua ampla maioria os agricultores familiares, vale a pena um olhar mais detalhado sobre esta importante categoria social. Com base nos dados da PNAD de 2004 (que é a mais atualizada disponível neste momento), é possível afirmar que a ampla maioria, 68,5% das unidades de agricultores familiares, ocupam-se exclusivamente em atividades agrícolas, 6,6% ocupam-se em atividades exclusivamente não-agrícolas e 24,7% são famílias pluriativas. Isto significa que no Rio Grande do Sul, de cada quatro famílias de agricultores familiares uma é pluriativa.

## **CARACTERÍSTICAS REGIONAIS DA PLURIATIVIDADE DAS FAMÍLIAS**

Os estudos sobre pluriatividade no Rio Grande do Sul têm-se aprofundado no debate sobre as transformações nas formas de trabalho e sobre a reconfiguração do mercado de trabalho nos espaços rurais (Schneider, 1999; Sacco dos Anjos, 2003; Conterato, 2005). Mas ainda existem lacunas quanto ao conhecimento da pluriatividade e seus efeitos sobre variáveis como renda, ocupação, escolaridade e qualidade de vida.

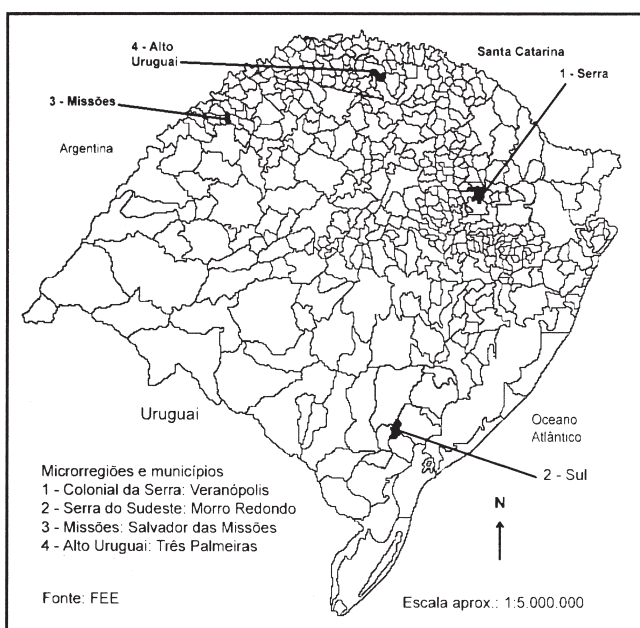
Para se compreender melhor a presença da pluriatividade na agricultura familiar bem como seus múltiplos efeitos e formas de ocorrência nas distintas regiões do Estado os dados secundários são limitados. Por esta razão, optou-se pela realização de uma pesquisa amostral (aleatória e sistemática por comunidade rural, representando cerca de 11% das unidades agrícolas familiares em cada um dos municípios), realizada no período

---

3 Ao se somar as 75 mil famílias ocupadas em atividades não-agrícolas com as 110 mil pluriativas verifica-se que 33,8% do total de famílias domiciliadas no meio rural gaúcho não utilizam este espaço exclusivamente para a agropecuária.

2002/2003, em quatro regiões distintas do Rio Grande do Sul, indicadas no Mapa.<sup>4</sup> A escolha das regiões e dos municípios procurou respeitar a diversidade de dinâmicas da agricultura familiar existente no Estado.

A distinção entre famílias monoativas e pluriativas utilizada baseia-se na seguinte definição: as famílias pluriativas são aquelas que se caracterizam pela combinação de atividades agrícolas com outras não-agrícolas por pessoas que pertencem a uma mesma família e residem no meio rural. Para que a família seja considerada pluriativa, considera-se que pelo menos um de seus membros exerça a combinação de atividades agrícolas com não-agrícolas. As famílias monoativas caracterizam-se pela exclusividade do trabalho agrícola no interior da propriedade na qual residem.



**Gráfico 1. Localização das regiões estudadas no Rio Grande do Sul.**

4 As microrregiões são definidas pelo IBGE. A escolha recaiu sobre aquelas que apresentavam significativa presença de estabelecimentos de agricultura familiar em sua configuração atual e em sua formação histórica. Na microrregião de Pelotas, foi selecionado o município de Morro Redondo, na de Cerro Largo (Missões) selecionou-se o município de Salvador das Missões, na de Frederico Westphalen (no norte do Estado) escolheu-se Três Palmeiras e na de Caxias do Sul (na serra gaúcha) Veranópolis foi escolhido.

A pesquisa demonstrou que a pluriatividade está presente em 44,1% das famílias de agricultores familiares nas quatro regiões estudadas, indicando ainda a predominância das famílias monoativas, que são aquelas que se ocupam exclusivamente na agricultura, representando 56% do total. Portanto, a partir dos dados da pesquisa é possível afirmar que a presença da pluriatividade na agricultora familiar gaúcha é bem superior aos 24,7% encontrados nos dados da PNAD, anteriormente referidos. Examinando-se os dados de forma desagregada para cada uma das quatro regiões, verifica-se que a pluriatividade assume características distintas em cada uma delas. Merece destaque o fato de que na região da Serra Gaúcha, localizada geograficamente no nordeste do Estado, quase 60% das famílias são pluriativas ao passo que no Alto Uruguai, localizado no extremo norte do Estado gaúcho, a pluriatividade está presente em menos de 29% das famílias rurais.

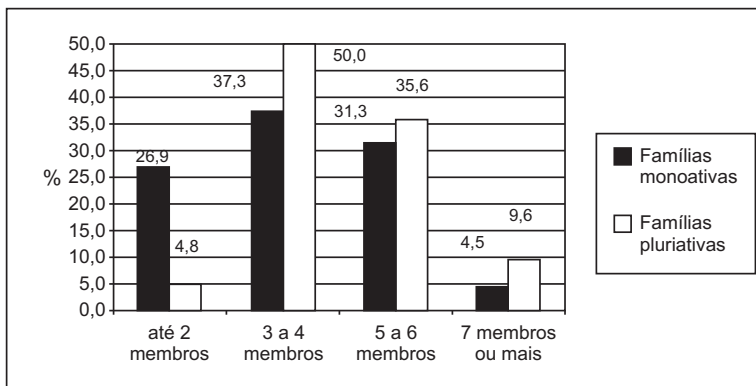
**Tabela 3. Classificação das famílias na agricultura familiar em cada uma das regiões pesquisadas no Rio Grande do Sul, segundo condição de atividade (%)**

Tipos de famílias de agricultores familiares	<i>Total</i>	<i>Serra Morro Redondo</i>	<i>Sul do RS</i>	<i>Missões Palmeiras das Missões</i>	<i>Alto Uruguai</i>
	Veranópolis	Redondo	Salvador	das Missões	Trks Palmeiras
Monoativas	55,9	40,6	58,1	53,4	71,2
Pluriativas	44,1	59,4	41,9	46,6	28,8
Total	100	100	100	100	100

Fonte: Pesquisa AFDLP- CNPq/UFPel/UFRGS, 2003.

A pesquisa também demonstrou que as famílias pluriativas tendem a ter um maior número de membros. Enquanto aproximadamente 27% das famílias monoativas possuem até dois membros, as famílias pluriativas com até dois membros constituem-se em menos de 5%. Nos demais estratos, que representam as famílias com maior número de membros, observa-se que predominam as famílias pluriativas. Os dados do Gráfico 2 refletem o número médio de membros entre as famílias, que é de 3,8 pessoas para as famílias monoativas e de 4,7 pessoas para as famílias pluriativas.

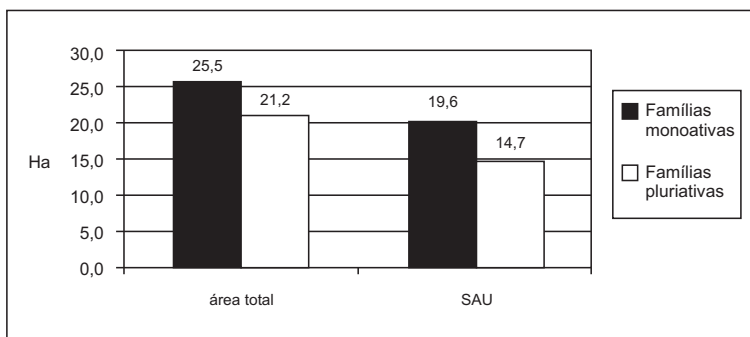




Fonte: Pesquisa AFDLP- CNPq/UFPel/UFRGS, 2003.

**Gráfico 2. Número de membros das famílias pesquisadas por condição de atividade.**

Os dados da pesquisa indicam ainda que as famílias pluriativas possuem áreas de terra menores e cultivam uma superfície agrícola média menor do que as famílias exclusivamente agrícolas, ou monoativas. Quando verificados os dados sobre a área total e a área relativa à superfície agrícola útil dos estabelecimentos familiares, verifica-se que, em média, as famílias pluriativas possuem e exploram, respectivamente, em torno de 4 a 5 hectares a menos que as famílias monoativas. Por terem maior número de membros e menor área de terra disponível para a produção, a busca de atividades complementares que possam ocupar a força de trabalho excedente e garantir acesso à renda torna-se uma alternativa importante.



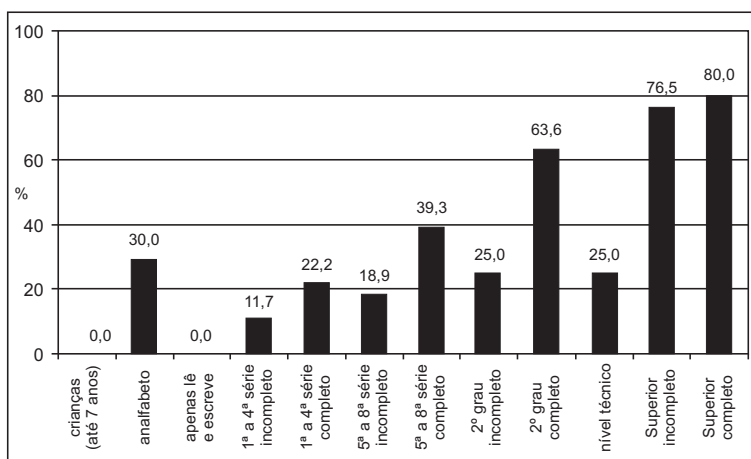
Fonte: Pesquisa AFDLP – UFRGS/UFPEL 2003.

**Gráfico 3. Área total e Superfície Agrícola Útil médias por condição de atividade.**

Outra dimensão importante da diferenciação das famílias é o nível de escolaridade dos seus membros. De acordo com Koppe (2004), quando se observa a distribuição de pais e filhos(as) por graus de escolaridade constata-se que, apesar da proximidade, são as famílias pluriativas que apresentam graus mais elevados de escolaridade. Essa diferença maior da escolaridade entre pluriativos é mais significativa quando se isolam os filhos(as) das famílias, pois entre os pais há uma maior semelhança por graus de escolaridade independente da condição de atividade. Em torno de 60% dos pais possuem escolaridade máxima até 4ª série completa, independentemente da condição de ocupação.

Koppe (2004) demonstrou que existe uma relativa homogeneidade no grau de escolaridade entre as famílias pluriativas e as monoativas, particularmente entre os cônjuges. Contudo, isolando-se os indivíduos das famílias pluriativas que exercem atividades não-agrícolas, percebeu-se uma significativa associação entre grau de instrução e a condição de pluriatividade. Isto permitiu verificar se nas famílias pluriativas a variável grau de escolaridade tem relação com a pluriatividade.

O Gráfico 4 apresenta a proporção de indivíduos pluriativos segundo o grau de escolaridade, podendo-se observar que, quanto maior a escolaridade de membros das famílias pluriativas, maior a possibilidade desse indivíduo exercer uma atividade não-agrícola, chegando à proporção de 80% entre os indivíduos com grau de instrução superior completo. Isto significa que 80% dos indivíduos que exercem atividades não-agrícolas têm formação de nível superior. Já entre os indivíduos com formação acadêmica superior (graduação) incompleta, observa-se que 76,5% deles exercem atividades não-agrícolas. Entre os indivíduos com ensino médio completo a proporção é de 63,6%. Vale a pena destacar que entre os indivíduos de formação técnica (nível técnico), apenas 25% exerce alguma atividade não-agrícola.



Fonte: Pesquisa AFDLP – UFRGS/UFPEL 2003.

**Gráfico 4: Proporção de indivíduos pluriativos segundo grau de instrução.**

Em síntese, os dados permitem afirmar que as famílias pluriativas estudadas nas quatro regiões amostradas possuem maior número de membros e maior grau de escolaridade, mas possuem menores áreas de terra e exploram superfícies agrícolas igualmente menores. Neste sentido, a questão a saber refere-se a relação destas variáveis com os níveis de rendimento e com a qualidade de vida, que é a hipótese original deste trabalho.

Nestes termos, concorda-se com Etzezarreta e colaboradores (1995), quando afirmam que não se pode estabelecer nenhuma relação causal no sentido de que um maior nível de instrução resulte, necessariamente, em melhores condições de vida ou maiores rendimentos. A questão é que a possibilidade de acesso a níveis mais elevados de instrução ou mesmo uma educação de melhor qualidade, associada a outros aspectos, pode significar melhores chances para inovar e diversificar as fontes de ingresso monetário. Segundo Etzezarreta e colaboradores (1995), devido a isso é possível afirmar-se a existência de uma relação entre a capacidade econômica e índices de escolarização. Mesmo assim, os autores ressaltam que além do nível

de instrução há que se considerar as características do ambiente social e econômico em que os agricultores estão inseridos.

## **A PLURIATIVIDADE E OS NÍVEIS DE RENDA DOS AGRICULTORES**

As relações entre as variáveis mencionadas e a condição de ocupação, monoativa ou pluriativa, aparecem com mais clareza a partir da análise da composição das rendas das famílias estudadas.<sup>5</sup> A Tabela 4 mostra que no conjunto das quatro regiões do Estado do Rio Grande do Sul as rendas agrícolas continuam a ser decisivas para a maioria dos agricultores familiares, respondendo por, praticamente, 59% da renda total, seguidas das rendas auferidas das transferências sociais, especialmente aposentadorias, que alcançam 19,6%. As rendas de atividades não-agrícolas estão em terceiro lugar, respondendo por 17,5% do total da renda das famílias de agricultores, o que revela a sua importância como fonte de ingresso.

Em cada uma das quatro regiões estudadas o comportamento das fontes de renda e o seu significado são distintos, valendo destacar que enquanto na região da serra gaúcha a renda de atividades não-agrícolas representa 21% sobre a renda total e a renda agrícola 54,5%, no Alto Uruguai esta proporção é de 6,6% e 72,9%, respectivamente, revelando que nesta região há uma dependência quase absoluta dos agricultores familiares das fontes de rendas agrícolas. Outro aspecto a ser salientado é a importância, ainda que diferenciada, que assumem as transferências sociais (aposentadorias e pensões) na renda das famílias, representando, no município de Morro Redondo, praticamente 27% da renda total das famílias.

---

<sup>5</sup> Renda agrícola: provém das atividades agropecuárias (cultivos e criações) realizadas dentro da unidade de produção e/ou de atividades para-agrícolas. Renda não-agrícola: tem como origem as atividades não-agrícolas, podendo serem realizadas fora ou dentro da unidade de produção, na condição de empregado, empregador ou conta-própria. Outras rendas do trabalho: obtidas necessariamente fora da unidade de produção e de atividades inerentes ao setor agropecuário. Rendas de outras fontes: Provenientes de aluguéis, juros, aplicações, arrendamentos, doações. Rendas de transferências sociais: resultantes de transferências governamentais, tais como aposentadorias, pensões, programas assistenciais, como bolsa-família.

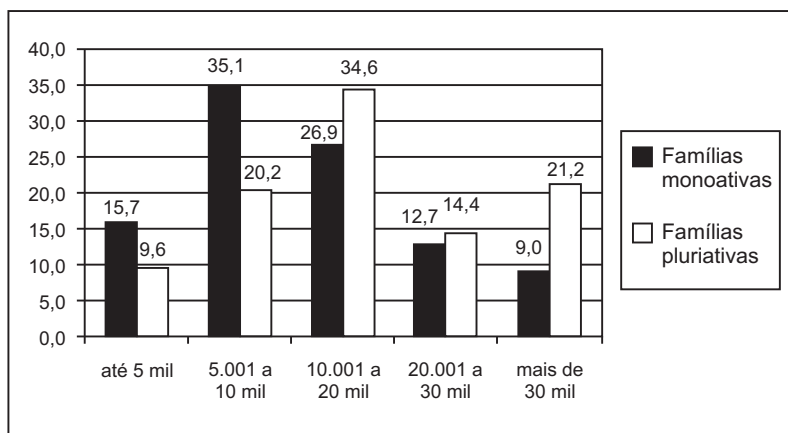
**Tabela 4. Composição da renda total da agricultura familiar em municípios selecionados no Rio Grande do Sul (%).**

Total e municípios representativos	Renda agrícola	Renda não-agrícola	Renda outras fontes	Transferências sociais	Outras rendas trabalho	Renda total
Veranópolis	54,5	21,1	2,8	20,2	1,4	100
Morro Redondo	49,5	18,7	1,6	26,8	3,4	100
Salvador das Missões	62,5	17,7	1,0	16,2	2,6	100
Três Palmeiras	72,9	6,6	0,8	15,3	4,3	100
Total	58,6	17,5	1,8	19,6	2,6	100

Fonte: Pesquisa AFDLP- CNPq/UFPel/UFRGS, 2003.

Outro aspecto a ser considerado, refere-se à desigualdade dos rendimentos auferidos e o papel da pluriatividade na elevação da renda total. De acordo com o Gráfico 5, 50,8%, das famílias monoativas possuem renda total de até 10 mil reais anuais, enquanto 70,2% das famílias pluriativas possuem renda total acima de 10 mil reais anuais. A pesquisa demonstrou que as famílias pluriativas possuem uma renda total anual média de R\$ 20.352,46 (referente ao ano agrícola de 2002, quando os dados foram levantados) enquanto as famílias monoativas tinham, em média, uma renda total anual de R\$ 14.378,11. O Gráfico mostra que nos estratos de renda superiores a R\$ 10 mil as famílias monoativas representam sempre uma proporção menor, indicando que quanto maior a renda total das famílias maior é a presença da pluriatividade.

Estes dados reforçam o argumento de que a pluriatividade contribui consideravelmente para o aumento da renda familiar. A pluriatividade apresenta-se, portanto, não apenas como uma estratégia de diversificação das fontes de renda, mas também permite que as famílias que combinam rendimentos agrícolas e não-agrícolas alcancem uma renda total mais elevada que aquelas exclusivamente dependentes da renda obtida das atividades agrícolas.



Fonte: Pesquisa AFDLP – UFRGS/UFPEL 2003.

**Gráfico 5. Estratos de renda total segundo condição de atividade em municípios selecionados no Rio Grande do Sul (%).**

As implicações sobre a renda total para cada grupo de famílias também podem ser observadas levando-se em consideração a contribuição de cada fonte ou tipo de renda, classificada segundo o estrato de renda total *per capita* anual. A Tabela 5 mostra que no estrato de renda inferior (até R\$ 2.000,00 *per capita* anual), é significativa a presença e importância da renda proveniente de transferências sociais para ambos os grupos, mais acentuadamente entre as famílias monoativas (36,8%), que entre as pluriativas (26,3%).

**Tabela 5: Composição da renda total na agricultura familiar do Rio Grande do Sul, por estratos de renda e por condição de atividade.**

Estratos de renda e condição de atividade		Renda agrícola	Trans. Sociais	Rendas de outras fontes	Outras rendas do trabalho	Renda não-agrícola	Renda Total
Inferior (renda <i>per capita</i> até R\$ 2 mil anuais)	pluriativos	34,9	26,3	0,0	4,2	36,1	100
	monoativos	61,6	36,8	0,1	0,0	0,0	100
Médio (renda <i>per capita</i> entre R\$ 2 mil e R\$ 6 mil anuais)	pluriativos	43,3	15,8	0,9	5,7	34,3	100
	monoativos	91,2	4,5	3,3	1,0	0,0	100
Superior (renda <i>per capita</i> acima de R\$ 6 mil anuais)	pluriativos	48,6	14,6	2,5	3,0	31,3	100
	monoativos	82,4	14,6	2,3	0,7	0,0	100

Fonte: Pesquisa AFDLP – UFRGS/UFPEL 2003

Outro aspecto a ser salientado é que a partir da análise da composição da renda dessas famílias verifica-se que em todos os estratos (inferior, médio e superior), as rendas totais anuais das famílias pluriativas são constituídas

por, aproximadamente, 34% de rendas não-agrícolas. Essa informação indica que a renda não-agrícola é tão importante para as famílias pluriativas quanto a renda agrícola. No sentido inverso pode-se afirmar que mesmo para as famílias pluriativas, a renda proveniente da atividade agrícola constitui-se como um fator essencial para a sua manutenção. Ou seja, os dados demonstram que apesar das famílias pluriativas terem seus rendimentos totais significativamente determinados pelas rendas não-agrícolas (Gráfico 4), isto não implica, necessariamente, abandono ou fragilização das atividades agrícolas. Mesmo para as famílias pluriativas com rendimentos totais anuais *per capita* acima de 6 mil reais, as rendas agrícolas representam praticamente 50% da composição da renda total.

Outra questão que se coloca a partir da análise da composição das rendas é que mesmo que a renda média *per capita* não se diferencie entre famílias monoativas e pluriativas, há diferenças expressivas em relação às fontes. As rendas das famílias pluriativas são mais diversificadas em todos os estratos. Dessa forma, pode-se considerar que mesmo que as famílias não se diferenciem na média de renda *per capita* anual recebida, as famílias pluriativas têm menor vulnerabilidade e exposição aos condicionantes climáticos e de mercado, em razão da diversificação de seus rendimentos. De acordo com Ellis (1998, 2000), a diversificação das fontes de ingresso pode ser entendida como um mecanismo de proteção dos agricultores contra choques ou riscos, tais como estiagens, queda dos preços etc.

No entanto, é importante ressaltar que isso não significa que não hajam diferenças quanto aos rendimentos entre as famílias pluriativas e monoativas, pois a maioria das famílias pluriativas se concentra nos estratos superiores de renda total, enquanto a maioria das monoativas se concentra nos estratos inferiores.

## **OS EFEITOS DA PLURIATIVIDADE SOBRE A QUALIDADE DE VIDA DOS AGRICULTORES**

Nesta seção pretende-se discutir os possíveis efeitos da pluriatividade sobre a qualidade de vida dessas famílias e compará-las às famílias monoativas. Por não ter um estatuto conceitual consensual, a qualidade de vida pode ser abordada de diversas formas, variando conforme o pesquisador, o

grupo pesquisado ou mesmo com a área de conhecimento onde se elabora o estudo. Seguindo a abordagem de Asmus (2004), considera-se que a qualidade de vida diz respeito às circunstâncias de vida de uma determinada população e à forma como estas circunstâncias são percebidas por esta mesma população. Neste sentido, optou-se por analisar duas dimensões da qualidade de vida que são as condições de material de vivência e as percepções dos indivíduos, que é a maneira como os sujeitos interpretam e se relacionam com as condições de vida materiais que vão desde as suas expectativas subjetivas, quanto ao ambiente em que vivem, até as representações e opiniões sobre determinadas variáveis.

Seguindo as contribuições de Asmus (2004), a qualidade de vida será analisada a partir do ponto de vista do pesquisador, denominado de eixo externo e objetivo, e a partir do eixo interno, que reflete a subjetividade dos próprios sujeitos pesquisados através de suas manifestações sobre percepção da qualidade de vida de acordo com seus valores, expectativas, padrões e preocupações, formando o eixo subjetivo. Neste sentido, no primeiro eixo a qualidade de vida refere-se a uma questão de acesso a bens e equipamentos, tais como telefone, máquina de lavar etc. No segundo eixo refere-se às percepções que os agricultores familiares têm sobre as condições materiais e não-materiais que vivem ou gostariam de vivenciar, tais como a satisfação com o meio rural e as expectativas em relação à atividade agrícola.

Para analisar a qualidade de vida dos agricultores entrevistados em relação aos bens aos quais tinham acesso, o questionário aplicado levantou uma série de informações sobre os materiais utilizados nas construções das moradias. Os itens avaliados foram: banheiro completo, piso de concreto, parede externa revestida, fossa séptica/poço absorvente e telha de barro. Esses foram considerados os mais adequados entre os possivelmente utilizados e os que poderiam demonstrar dimensões das condições de vida dos agricultores.

A Tabela 6 demonstra que as famílias pluriativas possuem melhores condições de moradia e acesso a bens em relação às famílias monoativas, apesar das diferenças não serem significativas. Neste sentido, a hipótese sobre as relações positivas entre maiores rendimentos das famílias pluriativas e seus efeitos sobre a melhoria das condições e da qualidade de vida revela-se apenas parcialmente coerente.



**Tabela 6: Condições de moradia e acesso a bens dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul, por condição de atividade.**

Condições de moradia e acesso a bens		Pluriativas (%)	Monoativas (%)
Condições de Moradia	Banheiro completo	92,4	89,5
	Piso de concreto predominante	26,7	17,3
	Parede externa de tijolo com revestimento	69,5	61,7
	Fossa séptica/ Poço absorvente	65,7	57,9
	Água de poço artesiano/rede geral	34,6	45,5
Acesso a bens	Telefone (celular e/ou fixo)	45,7	35,3
	Automóvel e/ou motocicleta	43,3	34,5
	Freezer	91,4	91,7
	Forno elétrico/microondas	35,6	36,6
	Antena parabólica	69,5	60,2
	Máquina de lavar roupa	89,5	83,5

Fonte: Pesquisa AFDLP – UFRGS/UFPEL, 2003.

Cabe destacar alguns indicadores de qualidade de vida objetivos por condição de atividade das famílias. No acesso a bens, 45,7% das famílias pluriativas possuem telefone (celular e/ou fixo), enquanto este percentual cai para 35,3% das famílias monoativas. Possuir automóvel e/ou motocicleta também é mais freqüente entre as famílias pluriativas (43,3%) do que nas monoativas (34,5%).

No que se refere às percepções e representações dos agricultores, a qualidade de vida aparece como uma dimensão subjetiva sobre as condições materiais e espaciais da vivência cotidiana. Neste sentido, os agricultores entrevistados foram indagados sobre suas percepções e opiniões em relação ao trabalho e à sucessão. Os dados apresentados na Tabela 7 demonstram que praticamente 54% das famílias pluriativas já possuíam sucessor, proporção que diminui para 41,8% entre as famílias monoativas. Trata-se de uma diferença considerável levando-se em conta a relativa homogeneidade nas condições de moradia demonstrada pelos dados da Tabela anterior.

**Tabela 7: Perspectivas dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul, por condição de atividade.**

Perspectivas dos agriculturas familiares	Pluriativas (%)	Monoativas (%)
Têm perspectivas na agricultura	58,1	54,1
Gostariam que os filhos seguissem na agricultura	63,8	54,9
Haverá sucessão familiar	53,9	41,8

Fonte: Pesquisa AFDLP – UFRGS/UFPEL 2003

Além da diferença quanto a existência de provável sucessor, as famílias pluriativas expressaram maior desejo de que os filhos continuem na atividade agrícola. Já nas perspectivas positivas em relação à agricultura, observa-se maior homogeneidade, uma vez que 58,1% das famílias pluriativas e 54,1% para famílias monoativas responderam afirmativamente. São justamente as famílias pluriativas as que têm mais perspectivas de sucessão, pois gostariam que algum dos filhos seguisse na agricultura com perspectivas de permanecer nesta atividade.

No que se refere à percepção dos agricultores em relação ao meio rural, os dados da Tabela 8 indicam que, no geral, os índices de satisfação são bastante elevados, sendo que o menor encontrado ocorre em relação à agricultura (75,2%, tanto para famílias pluriativas como para monoativas). A maior diferença encontrada entre um e outro tipo de família é quanto à satisfação em relação à educação e escolas locais, onde as famílias pluriativas satisfeitas são 91,4% e as monoativas, 78,9%. Entre as famílias pluriativas 85,7% consideravam que havia melhoras no meio rural em relação à época dos seus pais, enquanto nas monoativas eram 78,2%. Nos demais aspectos as diferenças não são significativas.

**Tabela 8: Satisfação dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul, por condição de atividade.**

Satisfação dos agricultores familiares	Pluriativas (%)	Monoativas (%)
Satisfeitos em relação à educação e escolas locais**	91,4	78,9
O meio rural melhorou desde a época de seus pais*	85,7	78,2
Satisfeitos em relação à agricultura**	75,2	75,2
Satisfeitos em relação ao meio rural**	97,1	94,7

Fonte: Pesquisa AFDLP – UFRGS/UFPEL 2003

\* Soma dos que consideram que melhorou e que melhorou muito.

\*\* Soma dos que se consideram satisfeitos e muito satisfeitos.

Com base na comparação das variáveis de acesso a bens e das representações subjetivas dos agricultores monoativos e pluriativos entrevistados, não é possível determinar a existência de uma relação direta entre a renda e indicadores de qualidade de vida. Ou seja, aparentemente, os dados indicam que a hipótese de que haja uma correspondência entre rendas mais elevadas e melhores condições e

qualidade de vida não se confirma plenamente em relação ao universo pesquisado.

Isto remete a uma reflexão sobre o destino dos ganhos mais elevados que os pluriativos auferem em relação aos monoativos. Objetivamente, trata-se de saber o que os pluriativos fazem com a parcela da renda a mais que obtêm em relação às famílias monoativas já que seu destino não é a busca de melhorias na qualidade e nas condições de vida? Acredita-se que a resposta a esta indagação pode ser encontrada, pelo menos parcialmente, nos dados da Tabela 9, que indica o destino da renda não- agrícola auferida pelos indivíduos que exercem atividades não-agrícolas, não esquecendo que 78,2% das famílias pluriativas usam pelo menos uma parte da renda não-agrícola para investimentos.

De acordo com a Tabela 9, 37% das famílias pluriativas investem parte da renda não-agrícola no sustento familiar e 22% nas despesas pessoais. Chama atenção o fato de que os investimentos na propriedade aparecem em 19,8% dos casos, demonstrando a importância da pluriatividade como suporte as despesas da atividade agrícola. Em relação ao percentual considerável de famílias que utilizam parte da renda não-agrícola para o sustento familiar pode-se interpretar isso como uma espécie de “investimento” na medida em que neste tipo de aporte de recursos estão os gastos com alimentação, energia elétrica etc; que são gastos com necessidades básicas. No que diz respeito aos “investimentos” com despesas pessoais, estas representam gastos em vestuário, diversão, entretenimento etc., que podem ser associadas aos indivíduos pluriativos mais jovens, que buscam maior independência financeira.

Desta forma, as informações que constam da Tabela 9 parecem corroborar, pelo menos em parte, a hipótese original do trabalho. Verifica-se que apenas 1,2% dos entrevistados declararam utilizar as rendas não-agrícolas para aumento do conforto da casa, o que contempla a aquisição de bens de consumo que resultam em melhores condições e qualidade de vida.

**Tabela 9: Destino dos rendimentos não-agrícolas das famílias pluriativas**

Onde é investida a renda não-agrícola	% das famílias
Para investimentos na propriedade	19,8
Para o sustento (subsistência) da família	37,0
Aumento do conforto da casa (bens de consumo)	1,2
Para investimento na UP e conforto da família	14,8
Nas despesas pessoais de todo o tipo	22,2
Não sabe/não respondeu	1,2
Outro	3,7

Fonte: Pesquisa AFDLP – UFRGS/UFPEL 2003

Nesta seção sobre as implicações da condição de atividades sobre a qualidade de vida das famílias, verificou-se que tanto em relação a dimensão material como subjetiva, há pequenas diferenças. Estas diferenças, por sua vez, são mais nítidas quando se observa, por exemplo, a renda total e o número de membros das famílias. Assim, a renda não pode ser tomada como único indicador da qualidade de vida no meio rural, pois isso tornaria a análise simplista e não permitiria investigar o conjunto de ações e estratégias que os indivíduos adotam para viabilizar as atividades produtivas e sua própria reprodução social, bem como da família. Por isso, entende-se que a dimensão material e a dimensão subjetiva estão intimamente relacionadas, não permitindo afirmar que uma é mais importante do que a outra.

Com base nos dados analisados, é possível inferir que a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas numa mesma família não implica, necessariamente, melhores condições de vida entre os tipos de famílias de agricultores nem a percepções melhores sobre essas condições. Neste sentido, ainda que a pluriatividade implique em aumento e melhoria nas rendas, não é possível afirmar que seja um estímulo ao abandono da agricultura e uma dedicação crescente às atividades não-agrícolas. Os dados analisados demonstram que o incremento na renda total das unidades advindo das atividades não-agrícolas não tem grande impacto na melhoria da qualidade de vida nem mesmo no conforto doméstico, pois na maior parte das vezes são utilizados para financiar o sustento da família e gastos com despesas pessoais e investimentos na propriedade. De certa forma, esta conclusão é coerente com a perspectiva de Chayanov, que afirmava que a necessidade de satisfazer o sustento, o consumo e os níveis de bem-estar desejados estimularia as fa-

mílias a trabalharem mais dentro da propriedade ou trabalharem fora desta, de acordo com as condições e a situação de cada uma.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira consideração a ser feita é de que no meio rural do Rio Grande do Sul vem-se ampliando de forma significativa a presença das atividades não- agrícolas e da pluriatividade, tal como apontado por outros estudos sobre o meio rural (Del Grossi, 1999; Campanhola e Graziano da Silva, 1999; Schneider 2003; Souza e Nascimento, 2006). No conjunto de famílias estudadas, quase metade foram consideradas pluriativas indicando que é significativa a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas entre os agricultores familiares gaúchos.

Um aspecto importante que ajuda a explicar a diferenciação quanto à condição de atividade dos agricultores, mono ou pluriativos, refere-se ao número de membros pertencentes à família. As famílias com maior número de pessoas são as que combinam as atividades agrícolas com outras atividades. O maior número de membros se apresenta como um fator explicativo da pluriatividade quando conjugado com os outras variáveis como a escolaridade, a área total de terra disponível e superfície explorada. Essa informação indica que a pluriatividade pode estar fortemente relacionada ao ciclo demográfico da família. Ou seja, à medida que os filhos(as) das famílias monoativas atingem a idade de trabalhar e alcançam maior grau de escolaridade tendem a se tornar pluriativos.

No que diz respeito à renda verificou-se que há uma maior proporção de famílias pluriativas nos estratos superiores de renda, enquanto as famílias monoativas concentram-se nos estratos inferiores. Nestes casos, além de aumentar a renda, a pluriatividade permite estabilizar e diversificar as fontes de ganhos, sobretudo, através do acesso a rendas não-agrícolas. A diversificação dos rendimentos permite maior segurança às famílias porque reduz a vulnerabilidade diante de riscos edáficos-climáticos e outros. Apesar da maior proporção de famílias com rendas mais altas serem as pluriativas, não foi possível observar diferenças significativas no que se refere aos indicadores de qualidade de vida, bem como satisfação com o meio rural, perspectivas de futuro, dentre outros aspectos, em relação aos monoativos.

Desta maneira, pode-se considerar que esta relativa igualdade quanto à qualidade de vida entre as famílias pluriativas e monoativas deve-se ao fato de que os rendimentos das atividades não-agrícolas são utilizados, principalmente, para o sustento e subsistência da família assim como investimentos dentro da propriedade e não para melhoria das condições de vivência.

Este trabalho procurou mostrar que a pluriatividade é uma dimensão importante das mudanças nas formas de trabalho contemporâneas no meio rural, representando uma estratégia de reprodução das famílias que varia segundo condicionantes como o número de membros, a escolaridade e o acesso a recursos produtivos e meios de vida. Neste sentido, a comparação entre famílias pluriativas e monoativas permitiu comprovar que a combinação de atividades agrícolas e não-agrícolas é o resultado das escolhas dos indivíduos e se reflete nas diversas dimensões da reprodução social dos indivíduos e das famílias.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Anpocs; Unicamp; Hucitec, 1992.

ASMUS, R. M. F. *Qualidade de vida na agricultura familiar*. Brasília/DF, UnB e Centro de Desenvolvimento Sustentável, 2004. Tese (doutorado), Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável.

BERDEGUÉ, J. L. et al. La creciente importancia del empleo y el ingreso rurales noagricolas. In: ECHEVERRIA, R.G (Ed.) *Desarrollo de las economías rurales*. Washington, Banco Interamericano de Desarrollo – BID, 2001.

BLANC, M. (1987). Pluriactividad y movilidad del trabajo: un enfoque macroeconomico. In: *Arkleton Research: cambio rural en Europa*. Colóquio de Montpellier, pp.89-109.

BRUN, A.; FULLER, A. *Farm Family Pluriactivity in Western Europe*. United Kingdom, The Arkleton Research, 1991.

CAMPANHOLA, C. e GRAZIANO DA SILVA, J. (Orgs.). *O novo rural brasileiro*. Jaguariúna/SP, Embrapa Meio Ambiente e UNICAMP, 4 Volumes, 2000.

\_\_\_\_\_. (Orgs.). *O novo rural brasileiro: novas ruralidades e urbanização*. Brasília/DF, Edição da Embrapa Informação Tecnológica e UNICAMP, volume 7, 2004.

CARNEIRO, M. J. Significados da pluriatividade para a família rural. In: *Seminário nacional de Desenvolvimento rural sustentável*. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf). Brasília, agosto de 2005. Texto para discussão.

CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. Tipos de pluriatividade na agricultura familiar e desenvolvimento rural. *Anais XLIII CONGRESSO da SOCIEDADE BRASILEIRA de ECONOMIA e SOCIOLOGIA RURAL: Instituições, Eficiência, Gestão e Contratos no Sistema Agroindustrial*. Ribeirão Preto – São Paulo, 2005.

\_\_\_\_\_. CONTERATO, M. A. Características da pluriatividade nos espaços rurais do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul – GEPAD. *I Colóquio Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural*, 24 e 25/11/2005.

DEL GROSSI, M. E. *Evolução das ocupações não agrícolas no meio rural brasileiro: 1981-1995*. Campinas, UNICAMP, Instituto de Economia da UNICAMP, tese (doutorado em Economia), 1999.

DEL GROSSI, M. E. e GRAZIANO DA SILVA, J. A pluriatividade na agropecuária brasileira em 1995. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 11, Rio de Janeiro, UFRRJ/CPDA, 1998.

EIKELAND, S. New rural pluriactivity? Household strategies and rural renewal. *Sociologia Ruralis*, Oxford, England, v. 39, n. 3, 1999, p. 359-376.

ELLIS, F. Household strategies and rural livelihood diversification. *The Journal of Development Studies*, 35 (1): 1998, p. 01-38.

\_\_\_\_\_. *Rural livelihoods and diversity in developing countries*. Oxford, Oxford University Press, 2000.

ETXEZARRETA, M.; CRUZ, J.; GARCÍA MORILLA M.; VILADOMIU, L. *La agricultura familiar ante las nuevas políticas agrarias comunitarias*. Madrid: MAPA, 1988, p. 411-455.

FULLER, A. From Part-time to Pluriactivity: a decade of Change in Rural Europe. *Journal of Rural Studies*, Great Britain. 6(4): 1990, p. 361-373.

\_\_\_\_\_. Part-Time Farming: the enigmas and the realities. In: SCHWARZWEILLER, H. *Research in Rural Sociology and Development*. Connecticut, Jai Press, 1984.

GRAZIANO DA SILVA, J. *O novo rural brasileiro*. Campinas, UNICAMP, Instituto de Economia, 1999 (Coleção Pesquisas, 1).

\_\_\_\_\_. Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento. In: NEAD: José Graziano, Jean Marc e Bianchini debatem *O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento*. Brasília, MDA/CNDRS/NEAD, 2001.

GRAZIANO DA SILVA, J. e DEL GROSSI, M. E. Evolução da renda nas famílias agrícolas e rurais: Brasil, 1992-1997. In: CAMPANHOLA, C. e SILVA, J. G. (Orgs.). *O novo rural brasileiro*. V. 1. Jaguariúna/São Paulo, Embrapa/Unicamp, 2000, p. 79-101.

GRAZIANO DA SILVA, J., DEL GROSSI, M. E. O uso das PNDAs para as áreas rurais. Rio de Janeiro/Brasília, IPEA, Textos para discussão, nº 874, abril, 2002.

KAGEYAMA, A. Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos. *Economia Aplicada*. v. 2 n. 3, p. 515-551, 1998.

\_\_\_\_\_. Pluriatividade na agricultura paulista. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. v. 37, n. 1 p. 35-56, jan/mar 1999.

\_\_\_\_\_. Determinantes das condições socioeconômicas dos domicílios agrícolas no Brasil. *Relatório de Pesquisa*, Campinas, 2001.

KINSELLA, J. et al. Pluriativity as a livelihood strategy in Irish farm households and its role in rural development. *Sociologia Ruralis*, Netherlands v. 40, 2000, n. 4, p. 481-496.

KLEIN, E. El Empleo rural no agrícola en América Latina. Santiago, PREALC/OIT, *Documento de Trabajo* Nº 364, 22 p, 1992.

KOPPE, L. R. *A estratificação social e a pluriatividade na agricultura familiar do Rio Grande do Sul*. Monografia de conclusão de graduação em Ciências Sociais. UFRGS, 2004.

MARSDEN, T. et al. *Rural Restructuring: global processes and their responses*. London: David Fulton Publishers, 1990.

\_\_\_\_\_. Beyond Agriculture? Regulating the new rural spaces. *Journal of Rural Studies*, London, v.11, n. 03, 1995, p. 285-296.

MATTEI, L. A relevância da família rural como unidade de análise nos estudos sobre pluriatividade e desenvolvimento rural. *Anais do XLIII Encontro da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural*. Ribeirão Preto, 2005.

PLOEG, J. D. van der. *Labor, Markets, and Agricultural Production*. Boulder: Westview Press, 1990.

\_\_\_\_\_. El proceso de trabajo agrícola y la mercantilización. In: SEVILLA GUZMAN, E. S.; GONZALEZ DE MOLINA, M. (ed.). *Ecología, Campesinato y Historia*. Espanha: La Piqueta, 1992, p. 153-195.



REIS, J. et al. How 'Rural' is Agricultural Pluriactivity? *Journal os Rural Studies*, Vol. 6. Nº 4, p. 395-399, 1990.

SACCO DOS ANJOS, F. *Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil*. Pelotas: EGUFPEL, 2003.

SCHNEIDER, S. *Agricultura familiar e Industrialização. Pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2. ed., 1999.

\_\_\_\_\_. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. *Estudos sociedade e Agricultura*. N. 16, abril, p. 165-184, 2001.

\_\_\_\_\_. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

\_\_\_\_\_. As novas formas sociais do trabalho no meio rural: a pluriatividade e as atividades rurais não agrícolas. *REDES*. Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. V. 9, n. 3, p. 75-110, set./dez./ de 2004.

\_\_\_\_\_. A pluriatividade e o desenvolvimento rural brasileiro. *Cadernos do Ceam*, UnB. v. 5, nº 17, p. 23-41, 2005.

SCHNEIDER, S; CONTERATO, M. A. Transformações Agrárias, Tipos de Pluriatividade e Desenvolvimento Rural: considerações a partir do Brasil. In: NEIMAN, G.; CRAVIOTTI, C. (Orgs.). *Entre el campo y la ciudad. Desafios y estrategias de la pluriactividad en el agro*. Ediciones CICCUS. Buenos Aires, 2005.

SCHNEIDER, S. RADOMSKY, G. F. W. A pluriatividade e as transformações do mercado de trabalho rural gaúcho: estudo de caso no município de Barão, RS. In: CAMPANHOLA, C; GRAZIANO DA SILVA, J. (ed.). *O novo rural brasileiro: renda das famílias rurais*. V. 5. Brasília, p. 263-320, 2004

SOFER, M. Pluriactivity in the Moshav: family farming in Israel. In: *Sociologia ruralis*, Oxford, v. 17, 2001, p. 363-37.

SOUZA, M. de; NASCIMENTO, C. A. Evolução das ocupações e comparação das rendas das famílias rurais no Estado do Rio Grande do Sul: 2001-2004. In: *Anais...3º Encontro de Economia Gaúcha*. Porto Alegre, PUCRS, 2006.

WELLER, J. El empleo rural no agropecuario en el istmo centroamericano. *Revista de la Cepal*, Nº 62, p. 75-90, 1997.